



ORDEM
DOS
MÉDICOS

Relatório de
Atividades

**Direção do Colégio de
Medicina Geral
e Familiar**

**2015-2017
Ordem dos Médicos**



Índice

Estrutura Organizacional da Direção do Colégio da Especialidade de Medicina Geral e Familiar	2
Missão	3
Reuniões da Direção	4
Atividades desenvolvidas no aperfeiçoamento do Internato de MGF	5
a) Verificações de Idoneidade.....	5
b) Alterações ao Exame Final de Especialidade	9
c) Atualização dos critérios de idoneidade formativa em MGF.....	9
d) Pareceres e Documentos produzidos de suporte ao Internato.....	10
Atividades desenvolvidas de intervenção socioprofissional.....	11
Participação em grupos de trabalho da área da Medicina em Portugal	12
Nomeação de Júris Nacionais	12
Participação em grupos de trabalho da DGS elaboração de NOCS	13
Pareceres técnico-científicos	13
Pedidos de Equivalência Curricular na Especialidades de MGF e Exames á Ordem.....	14
Participação Congressos e Fóruns	14
Considerações Finais.....	15



Estrutura Organizacional da Direção do Colégio da Especialidade de Medicina Geral e Familiar

MEMBROS DA DIREÇÃO

Presidente: José Maria da Silva Henriques (SRN)

Anabela Pimentel Lopes Cunha Vaz (SRS)

Ângela Maria de Oliveira Teixeira (SRN)

António Nelson Gomes Rodrigues (SRN)

Lénia Isabel de Gouveia Olím (SRS)

Maria de Lourdes Sousa Tavares da Silva (SRC)

Maria Luciana Gomes Domingues Couto Carvalho (SRN)

Maria Pacheu Catanho Patrício (SRC)

Noélia Rubina Correia (SRS)

Pedro Camilo de Araújo Lima de Vasconcelos (SRS)



Missão

Foi nosso compromisso desenvolver, empenhadamente, intervenções fulcrais na área da Medicina Geral e Familiar, nos tempos difíceis que vivemos no exercício da Medicina em Portugal. Um compromisso de Inovação e Experiência.

Perseguindo objetivos técnico-científicos, organizativos e éticos da *praxis* médica da Medicina Familiar, procuramos contribuir para a melhoria da qualidade do exercício e da realização profissional dos Médicos de Família e, desse modo, para a melhoria contínua dos cuidados de saúde prestados aos cidadãos.

A Ordem dos Médicos, deve primar por ter um conhecimento aprofundado da situação que lhe permita adequar os objetivos do processo de avaliação da idoneidade e atribuição da capacidade formativa à realidade nacional, regional e local. Deverá também refletir ciclicamente sobre o processo formativo da especialidade e adequa-lo aos desafios que os novos tempos representam com investimento permanente na inovação e qualidade .



Reuniões da Direção

A Direção do Colégio manteve mensalmente reuniões ordinárias e outras com carácter extraordinário, bem como um elevado número de sessões de trabalho que envolveram os elementos da Direção em outros grupos de trabalho nomeados pelo Ministério da Saúde, para além de outras associações e sociedades científicas.

Tivemos um total 28 reuniões de Direção

- 13 no Porto
- 8 em Lisboa
- 4 em Coimbra
- 1 na na Região Autónoma dos Açores
- 1 no Algarve
- 1 na Região Autónoma da Madeira



Atividades desenvolvidas no aperfeiçoamento do Internato de MGF

Uma grande área de atuação e empenho do nosso mandato foi no Internato Médico, onde mudámos o modo de realização do Exame Prático e do Exame Teórico de Exame Final de Especialidade.

De novo no garante da qualidade formativa a nível nacional, concretizámos a avaliação da idoneidade e atribuição da capacidade formativa no âmbito nacional, regional e local.

Realizámos cerca de 78 visitas de verificação de idoneidade e atribuição de capacidade formativa sendo que algumas delas obtiveram parecer favorável, outras favorável mas de forma condicionada, outras a merecer reavaliação posterior e outras parecer negativo.

a) Verificações de Idoneidade

Zona ARS Norte

UCSP Sabrosa

UCSP Macedo de Cavaleiros

UCSP Moncorvo

UCSP Vinhais

USF União Pedafidelis

UCSP Feira Nova

Zona Sul

RA dos Açores

CS Horta – Faial

Hospital da Horta

CS Lajes - Pico,

CS Madalena – Pico



CS São Roque – Pico
CS Ponta Delgada
CS Nordeste
CS Povoação
Us Furnas
Us Lagoa
CS Vila Franca do Campo
US Livramento
US Capelas
CS Ribeira Grande
CS Velas
CS Calheta
CS Graciosa
CS Angra do Heroísmo
CS Praia da Vitória

ARS Alentejo e ARS Lisboa e Vale do Tejo

UCSP Olivais
USF Tílias
USF Gerações
UCSP Benfica
USF Benfica Jardim
UCSP Lapa
USF Arco
USF Oriente
USF Monte Pedral
USF Descobertas
USF Santos Condestável
USF Genesis
USF ARS Medica
USF Magnólia



USF Loures Saudável
USF Travessa da Saúde
USF Tejo
USF S. João da Talha
USF Arruda dos Vinhos.
UCSP Azambuja
USF Samora Correia

USF Vendas Novas
CS Montemor-o-novo
USF Alcoides, Montemor-o-Novo
USF Lusitânia, Évora
USF Eborae, Évora
USF Planície, Évora
USF Salus, Évora
USF Quinta da Prata, Borba

ARS Algarve

UCSP Faro
USF Farol
USF Ria Formosa
USF Albufeira
USF Ancora – Olhão
USF Mirante
USF Lauroé
UCSP Quarteira
UCSP MAR - Polo de Tavira
US Familiar Balsa
UCSP Olhão
UCSP São Brás de Alportel
USF Baesuris



USF Esteva

USF Levante

RA da Madeira

Centro Saúde Bom Jesus - Funchal;

Centro Saúde Monte (Santa Isabel) – Funchal.

Centro Saúde Porto Moniz;

Centro Saúde São Vicente.

Centro Saúde Santo António - Funchal;

Centro Saúde Nazaré – Funchal;

Centro Saúde Estreito Câmara de Lobos;

Centro Saúde Câmara de Lobos.

Centro de Saúde Caniço;

Centro de Saúde Gaula.

Centro de saúde Santo da serra;

Centro de Saúde Santa Cruz.

Centro de Saúde Porto da Cruz;

Centro de Saúde Machico.

Centro de Saúde Ribeira Brava;

Centro de Saúde Serra D'Água.

Centro de Saúde Ponta do Sol;

Centro de Saúde Canhas



b) Alterações ao Exame Final de Especialidade

Implementámos o Exame Teórico de Escolha Múltipla (TEM) e estivemos presentes com elementos da Direção na Comissão Técnica de Elaboração da Prova Teórica do Exame Final de Especialidade.

Criámos a Comissão a Técnica Exterior à Elaboração da Prova Teórica Exame Final do Internato Médico de Medicina Geral e Familiar, tendo-a integrado vários elementos da Direção.

Alteramos o modelo do exame Prático criando uma história clínica.

c) Atualização dos critérios de idoneidade formativa em MGF

Atualizámos o documento dos critérios de Avaliação da Idoneidade e atribuição de Capacidade Formativa para fins de Formação em Medicina Geral e Familiar.

Os critérios definidos pela atual Direção do Colégio de Medicina Geral e Familiar para avaliar a idoneidade e a capacidade formativa das Instituições - Unidades de Formação e Orientadores - tentam ser os mais abrangentes e realistas, não descurando os aspetos da qualidade técnico-científico, relações interpessoais, capacidade pedagógica e condições do exercício da Medicina. Foram escolhidas metodologias variadas para avaliar os critérios de idoneidade definidos, bem como múltiplas fontes de informação.



d) Pareceres e Documentos produzidos de suporte ao Internato

- Critérios para criação de comunidades formativas em MGF.
- Critérios para a caracterização das unidades de saúde/comunidades formativas para pedido de atribuição de idoneidade formativa no âmbito da saúde da mulher.
- Critérios para a caracterização das unidades de saúde/comunidades formativas para pedido de atribuição de idoneidade formativa no âmbito da saúde infantil/juvenil.
- Critérios para a caracterização das unidades de saúde/comunidades formativas para pedido de atribuição de idoneidade formativa no âmbito da saúde mental.
- Criação da GRELHA de avaliação para o Exame de Especialidade ao abrigo do Artigo 125.º dos Estatutos da Ordem dos Médicos.
- ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO *CURRICULUM VITAE* para o Exame de Especialidade ao abrigo do Artigo 125.º dos Estatutos da Ordem dos Médicos.
- Orientações para a elaboração do Curriculum Vitae em Medicina Geral e Familiar (última versão atualização) - aprovada pelo Conselho Nacional Executivo na sua reunião de 8 de janeiro de 2016.
- Guião para apresentação dos casos clínicos, referente à prova de avaliação final do internato de Medicina Geral e Familiar (em substituição do exame prático), homologado pelo Conselho Nacional na sua reunião de 26 de fevereiro de 2016.
- Regulamento da prova teórica - aprovado pelo Conselho Nacional em 29.07.2016.
- Grelha de Avaliação Final do Internato de Medicina Geral e Familiar (para entrar em vigor a partir do ano de 2018 – última versão), aprovada pelo Conselho Nacional na sua reunião de 8 de maio de 2017.
- Orientações para a ponderação da duração dos estágios do internato de MGF - homologadas no Conselho Nacional na sua reunião plenária de 4 de outubro de 2017



Atividades desenvolvidas de intervenção socioprofissional

Neste mandato, a Direção do Colégio emitiu pareceres sobre várias questões que desvirtuavam e complicavam o exercício da nossa especialidade, perseguindo o objectivo de não permitir que o médico de MGF seja obrigado a esgotar o tempo de consultas em tarefas que não são da sua competência, e algumas mesmo fora do âmbito da sua especialidade como sejam:

- Portaria Medicina do Trabalho.
- Grupo de Trabalho da Medicina Física e Reabilitação plasmado na Portaria de n.º 252/ de 2016 de 19 de setembro.
- Parecer sobre o programa produtos de apoio SAPA.
- Parecer sobre atestados médicos para a emissão de Cartas de Condução – Dec-Lei n.º 40/2016 de 29 de julho.
- Denúncia ao Sr. Bastonário e ao CNE, de situações de usurpação de funções de médicos indiferenciados a exercer como especialistas em MGF em USFs e em Hospitais Públicos e Privados.
- Parecer/Recomendação “Exame Ginecológico e ou Colheita de Colpocitologia”.
- Parecer/Recomendação “Remoção da Impactação de Cerúmen do CAE”.



Participação em grupos de trabalho da área da Medicina em Portugal

Estivemos presentes em grupos de trabalho indigitados pela Ordem dos Médicos nas seguintes temáticas:

- Comissão para o Novo modelo de criação da Prova Nacional de Avaliação e Sêriação (PNAS), à qual competiu desenvolver o novo modelo de Prova e apresentar uma proposta de regulamento, conforme estipula a alínea e) do nº 3 do Despacho nº 624/2016 de 14 de Janeiro, alterado pela Declaração de Rectificação nº 24-A//2016.
- Grupo de trabalho para a criação da Competência em Medicina de Urgência Geral.
- Grupo de trabalho para Projeto de Portaria processo Formativo relativo à obtenção extraordinária do grau de especialista em Medicina Geral para Clínicos Gerais - o Decreto-Lei n.º 188/2015, de 7 de setembro.

Nomeação de Júris Nacionais

A Direção nomeou:

Júris para Procedimento Concursal Nacional de Habilitação ao Grau de Consultor e no de Assistente Graduado Sênior, sempre que solicitado pelo Sr. Bastonário, em consonância com pedidos da ACSS.

Júris no âmbito dos Exame Final de Especialidade de Medicina Geral e Familiar.



Participação em grupos de trabalho da DGS elaboração de NOCS

Estivemos em vários grupos de trabalho em representação do Colégio de MGF, na elaboração de várias Normas de Orientação Clínica e Planos Assistenciais Integrados:

- NOC pé diabético
- NOC PSOF
- NOC Diagnóstico e tratamento da dispepsia funcional
NOC Diagnóstico e tratamento da úlcera péptica no adulto
- NOC da vigilância do adulto saudável
- PAI do EAM
- PAI da Gravidez

Pareceres técnico-científicos

Outras das atribuições da Direção do Colégio foi a análise de reclamações de processos clínicos, com emissão de respetivo parecer pericial técnico-científico, em que podia estar em causa violação da *leges artis*. Neste mandato foram realizados 22 pareceres.



Pedidos de Equivalência Curricular na Especialidades de MGF e Exames à Ordem

- Neste período foram realizadas 4 épocas de Exames à Ordem dos Médicos.

Ano de 2015 – Uma época em Novembro – Porto – 3 candidatos, 3 aprovados.

Ano de 2016 – Uma época em Novembro – Coimbra – 3 candidatos, 2 aprovados.

Ano de 2017 – Duas épocas de Exame - Julho em Lisboa e Novembro no Porto – 5 candidatos, 3 aprovados 2 reprovados

- Participamos como Júri Nacional de Avaliação Curricular dos Pedidos de Equivalência onde analisámos os diferentes Curriculum Vitae de cerca de 8 colegas que solicitaram admissão por consenso á especialidade durante este mandato.

Participação Congressos e Fóruns

Colégio de Medicina Geral e Familiar foi convidado e esteve representado por elementos da Direção em vários congressos e Fóruns:

- Congresso Nacional de Medicina Geral e Familiar e Encontro nacional de Medicina Geral e Familiar em 2015, 2016 e 2017.

- XXII, XXIII e no XXIV Encontro do Internato da Zona Norte.

- Fórum MGF com a temática "Dimensão da Lista de Utentes".



Considerações Finais

A Direção do Colégio de Medicina Geral e Familiar, findo o seu mandato, sente que abraçou de forma ímpar este projeto, na defesa firme das boas práticas no exercício da especialidade. Não se demitiu de advogar veementemente, pela existência de qualidade de excelência no exercício profissional, de mais e melhores recursos técnicos, pela desburocratização que atualmente sufoca a prática desta especialidade em momentos, como os que a saúde tem vivido, inserida num contexto de contenção de custos por um lado e permanente complexidade e exigência qualitativa dos cuidados a oferecer aos Portugueses.

Os desafios que surgiram neste mandato foram importantes e árduos, obrigando-nos a um permanente e especial alerta evitando ou minimizando assim a sobrecarga de trabalho e de despersonalização que tendo vindo a recair sobre os Médicos de Família.

Sentimos que reforçamos neste mandato o cariz de excelência da qualidade técnico-científica da Medicina Geral e Familiar e do Internato de Especialidade, reavaliando os locais de formação e pugnando pela sua equidade a nível nacional.

Não obstante, as tarefas que almejámos e deixamos por realizar são inúmeras mercê das solicitações que, entretanto, foram surgindo, e que necessitaram de intervenção mais urgente.

No final fica a sensação de dever cumprido numa tarefa que tem muito de missão e que necessita que mais colegas intervenham em prol da melhoria das condições do exercício de qualidade da Medicina Geral e Familiar.